



**PREFEITURA DE  
ESTIVA GERBI**

# SEMANÁRIO OFICIAL

## ATOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ESTIVA GERBI

[www.estivagerbi.sp.gov.br](http://www.estivagerbi.sp.gov.br)

Quinta - Feira, 11 de Dezembro de 2025 – Ano IX- Edição 1233

### DECRETO

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 195, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DE EMPREGADO PÚBLICO  
CONCURSADO.**

**MÁRCIO ROBERTO PAVAN**, Prefeito do Município de Estiva Gerbi, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

**Art. 1º.** Fica **DEMITIDA**, por óbito, nos termos da CLT, a contar de 01 de dezembro de 2025, a servidora **APARECIDA DE FÁTIMA CIARAMELA**, CPF. 068.XXX.XXX-97, matrícula **10169-9**, do cargo público de **MERENDEIRA**.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de Dezembro de 2025.

Estiva Gerbi, 11 de Dezembro de 2025.

**MÁRCIO ROBERTO PAVAN**  
Prefeito Municipal

Publicada na Edição 1233 do Semanário Municipal, disponibilizado em 11/12/2025.

**CELSO DE BARROS**  
Secretário Municipal De Chefia de Gabinete



**PREFEITURA DE  
ESTIVA GERBI**

# SEMANÁRIO OFICIAL

## ATOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ESTIVA GERBI

[www.estivagerbi.sp.gov.br](http://www.estivagerbi.sp.gov.br)

Quinta - Feira, 11 de Dezembro de 2025 – Ano IX – Edição 1233

### GABINETE DO PREFEITO

**DECRETO Nº 196 de 11 de dezembro de 2025.**

*Dispõe sobre a regulamentação das licitações e contratos administrativos, do Plano Anual de Contratações, das dispensas de licitação, dos procedimentos auxiliares e demais regras correlatas, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Estiva Gerbi, e dá outras providências.*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESTIVA GERBI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

**CONSIDERANDO** a plena vigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**CONSIDERANDO** as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Comunicados SDG nº 31/2021, nº 12/2023, nº 34/2023 e GP nº 18/2024);

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação municipal da matéria; e

**CONSIDERANDO** por fim que compete ao Chefe do Poder Executivo editar atos complementares para assegurar a plena operacionalização da Lei Federal nº 14.133/2021 em âmbito local;

### **DECRETA:**

#### **CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Decreto regulamenta, em âmbito municipal, os procedimentos de licitações, contratações diretas, instrumentos auxiliares, agentes de contratação, planejamento anual de contratações, gestão contratual e transparência, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Aplica-se, subsidiariamente, o disposto no Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, e demais regulamentos federais que disciplinem a operacionalização da Lei nº 14.133/2021, sempre que houver omissão ou ausência de previsão neste Decreto.

Art. 3º As disposições deste Decreto são de observância obrigatória por todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Estiva Gerbi.

#### **CAPÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS E DOS AGENTES PÚBLICOS**

Art. 4º Compete aos Secretários Municipais e às autoridades máximas das autarquias e fundações municipais, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação:

I – aprovar o Plano de Contratações Anual (PCA) referente às demandas de suas unidades;

II – autorizar a abertura dos processos licitatórios e das contratações diretas de interesse de suas pastas;

III – homologar o resultado das licitações e das contratações diretas vinculadas às despesas sob sua responsabilidade;

IV – autorizar e assinar os contratos administrativos, bem como seus termos aditivos, apostilamentos e distratos, relativos às despesas de suas respectivas pastas;

V – zelar pelo cumprimento das normas deste Decreto e pela legalidade dos atos administrativos de sua Secretaria.

§ 1º A designação dos agentes de contratação, pregoeiros, equipes de apoio e membros de comissões de contratação é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, mediante portaria, considerando que os procedimentos de licitação e contratação direta são centralizados no Setor de Licitações da Secretaria de Administração.

§ 2º A Secretaria de Administração exercerá função central de coordenação, orientação e execução das licitações, dispensas e inexigibilidades, cabendo-lhe supervisionar e padronizar os procedimentos aplicáveis a toda a Administração Municipal.

§ 3º As contratações que envolvam recursos de origem externa, convênios, transferências voluntárias ou parcerias observarão, além das disposições deste Decreto, as normas específicas e os limites de competência definidos nos respectivos instrumentos.

### CAPÍTULO III – DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA)

Art. 5º O Plano Anual de Contratações (PCA) é instrumento de governança destinado ao planejamento e racionalização das contratações públicas do Município, nos termos dos arts. 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 6º A elaboração, atualização e revisão do PCA observarão as seguintes diretrizes:

I – cada Secretaria elaborará seu Documento de Formalização de Demanda (DFD) até 1º de março do exercício anterior;

II – a Secretaria de Administração consolidará e publicará o PCA até 30 de maio, compatibilizando-o com as propostas orçamentárias;

III – a inclusão ou exclusão de itens após a publicação exigirá justificativa fundamentada e autorização da autoridade competente.

Art. 7º O PCA deverá conter, no mínimo: descrição do objeto, justificativa da contratação, estimativa preliminar de valor, grau de prioridade, data pretendida para a contratação e vinculação com outras contratações ou metas administrativas.

Art. 8º O PCA será publicado no sítio eletrônico oficial do Município e disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



**PREFEITURA DE  
ESTIVA GERBI**

# SEMANÁRIO OFICIAL

## ATOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ESTIVA GERBI

[www.estivagerbi.sp.gov.br](http://www.estivagerbi.sp.gov.br)

Quinta - Feira, 11 de Dezembro de 2025 – Ano IX – Edição 1233

### CAPÍTULO IV – DAS LICITAÇÕES

Art. 9º As licitações observarão os princípios do planejamento, da eficiência, da transparência, da economicidade e da segregação de funções, devendo sempre buscar a proposta mais vantajosa para o interesse público.

Art. 10. Considerando que o Município de Estiva Gerbi possui população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes, as licitações serão preferencialmente realizadas na forma presencial, até que sejam plenamente implementadas as condições técnicas e operacionais necessárias à utilização de sistemas eletrônicos integrados ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º Durante o período de transição, a Administração deverá promover gradualmente as adequações de infraestrutura, capacitação e integração tecnológica que viabilizem a migração para o modelo eletrônico, observando os princípios da economicidade, eficiência e publicidade.

§ 2º A adoção de sistemas eletrônicos poderá ocorrer de forma progressiva, por ato da Secretaria de Administração, preferencialmente utilizando plataformas públicas disponibilizadas por órgãos federais ou estaduais, garantindo compatibilidade com o PNCP.

§ 3º As sessões públicas presenciais deverão ser gravadas em áudio e vídeo, sempre que possível, com a respectiva ata inserida no processo administrativo.

§ 4º Findo o prazo legal de transição fixado no art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021, a realização das licitações deverá ocorrer obrigatoriamente em meio eletrônico, ressalvadas hipóteses excepcionais devidamente justificadas.

Art. 11. O valor estimado das contratações será apurado com base em pesquisa de mercado e em bancos de dados oficiais, conforme o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 12. Fica vedada a aquisição de bens de consumo de luxo, devendo os regulamentos internos definir critérios objetivos de enquadramento e excepcionalidade.

Art. 13. Os processos licitatórios serão conduzidos pelo Setor de Licitações da Secretaria de Administração, sob coordenação de agentes de contratação ou pregoeiros designados por ato do Prefeito.

### CAPÍTULO V – DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS

Art. 14. As contratações diretas observarão os arts. 72 a 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e deverão conter, no mínimo: termo de referência ou projeto básico, pesquisa de preços, comprovação da regularidade fiscal do contratado, manifestação jurídica, quando necessária, e autorização e homologação pela autoridade competente.

Art. 15. A pesquisa de preços deverá, preferencialmente, conter três cotações válidas, sendo admitida complementação por tabelas oficiais quando não houver oferta suficiente no mercado.



**PREFEITURA DE  
ESTIVA GERBI**

# SEMANÁRIO OFICIAL

## ATOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ESTIVA GERBI

[www.estivagerbi.sp.gov.br](http://www.estivagerbi.sp.gov.br)

Quinta - Feira, 11 de Dezembro de 2025 – Ano IX – Edição 1233

Art. 16. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, o valor estimado deverá incluir Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais (ES) conforme metodologia de referência.

### CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES

Art. 17. O Município poderá adotar os seguintes procedimentos auxiliares: I – credenciamento; II – pré-qualificação; III – sistema de registro de preços (SRP); IV – procedimento de manifestação de interesse (PMI).

Art. 18. O Registro de Preços Municipal será preferencial para contratações rotineiras de bens e serviços, devendo o edital definir órgão gerenciador e participantes.

Art. 19. As atas de registro de preços terão validade de até 12 meses, admitida prorrogação na forma do art. 82, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### CAPÍTULO VII – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Art. 20. Os contratos administrativos conterão as cláusulas essenciais previstas no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo aquelas relativas à execução, fiscalização, pagamento, prazos, garantias, reajuste, repactuação e penalidades aplicáveis.

Art. 21. O reajuste de preços nos contratos administrativos e atas de registro de preços observará, como regra geral, o interstício mínimo de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas ou do orçamento a que se referirem, vedada a aplicação de reajuste em prazo inferior.

§ 1º Excepcionalmente, poderá ser admitida revisão contratual antes do período mínimo de 12 (doze) meses, quando demonstrado comprovado desequilíbrio econômico-financeiro superveniente, devidamente justificado e comprovado nos autos.

§ 2º O pedido de revisão deverá ser formalmente instruído com documentos técnicos, contábeis e econômicos que demonstrem a variação imprevisível ou anormal dos custos.

§ 3º A eventual repactuação de contratos de prestação de serviços continuados com predominância de mão de obra observará o art. 135, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 22. Nas hipóteses de prorrogação de atas de registro de preços, os quantitativos registrados poderão ser proporcionalmente ajustados, respeitados os limites orçamentários e a justificativa de necessidade administrativa.

§ 1º O ajuste proporcional deverá observar o histórico de consumo e a estimativa de nova vigência.

§ 2º A prorrogação da ata deverá ser motivada e precedida de manifestação técnica e jurídica favorável.

§ 3º O fornecedor deverá anuir às condições da prorrogação e aos quantitativos ajustados.





**PREFEITURA DE  
ESTIVA GERBI**

# SEMANÁRIO OFICIAL

## ATOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ESTIVA GERBI

[www.estivagerbi.sp.gov.br](http://www.estivagerbi.sp.gov.br)

Quinta - Feira, 11 de Dezembro de 2025 – Ano IX – Edição 1233

Art. 23. Cada contrato será acompanhado por gestor e fiscal, formalmente designados pela autoridade competente, responsáveis pelo acompanhamento da execução e pela comunicação de eventuais irregularidades.

### CAPÍTULO VIII – DA TRANSPARÊNCIA E DO PNCP

Art. 24. Assim como vem acontecendo, a migração do pregão presencial para o eletrônico, o município também fará, gradativamente, a publicação/transparência no PNCP. Por ora, a transparência e publicidade se mantém em diário oficial, semanário do município, bem como, a disponibilidade da versão física dos documentos, até findo o período de transição, quando todos os editais, contratos, termos aditivos e dispensas deverão ser publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), condição indispensável para sua eficácia.

Art. 25. As dispensas e inexigibilidades deverão ser publicadas no site oficial do Município, inclusive as de pequeno valor, com aviso prévio sempre que possível.

### CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. As omissões deste Decreto serão supridas pelas disposições do Decreto Federal nº 11.246/2022 e pelas orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 27. A Secretaria de Administração poderá editar instruções normativas complementares e manuais de procedimentos para uniformizar a aplicação deste Decreto.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Estiva Gerbi, 11 de dezembro de 2025.

**MÁRCIO ROBERTO PAVAN**

Prefeito Municipal de Estiva Gerbi

Encaminhada à publicação no semanário municipal e registrada nesta data.

**CELSO DE BARROS**

Secretário Municipal De Chefia de Gabinete



**PREFEITURA DE  
ESTIVA GERBI**

# SEMANÁRIO OFICIAL

## ATOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ESTIVA GERBI

[www.estivagerbi.sp.gov.br](http://www.estivagerbi.sp.gov.br)

Quinta - Feira, 11 de Dezembro de 2025 – Ano IX – Edição 1233

**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 197/2025**

**“Dispõe sobre a aprovação da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social REURB-S, referente ao núcleo urbano denominado área da Igreja de Cristo Pentecostal Internacional da nossa cidade e dá outras providências”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL MARCIO ROBERTO PAVAN**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que dispõe a Lei Federal 13.465/2017 e o Decreto Federal 9.310/2018.

**Art. 1º** - Fica aprovado o processo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S ao núcleo urbano informal denominado Igreja de Cristo Pentecostal Internacional localizado na Rua Alberto Caleffi, 620 - no município de Estiva Gerbi conforme planta memorial descritiva, relatório técnico e demais documentos constantes no processo administrativo.

**Art. 2º** - A aprovação que se trata este decreto compreende:

- I. A delimitação da área objeto da **RURB-S**
- II. A identificação dos ocupantes beneficiados
- III. O reconhecimento do interesse social e da consolidação ao núcleo urbano
- IV. A definição das medidas fundiárias, urbanísticas e ambientais necessárias a regularização.

**Art. 3º** - A Secretaria Municipal de Obras, fica encarregada de execução, acompanhamento e implementação das ações previstas neste decreto.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Estiva Gerbi, 11 de dezembro de 2025.

**MÁRCIO ROBERTO PAVAN**  
Prefeito Municipal

Publicada na Edição 1233 do Semanário Municipal, em 11/12/2025

**CELSO DE BARROS**  
Secretário Municipal De Chefia de Gabinete



**PREFEITURA DE  
ESTIVA GERBI**

# **SEMANÁRIO OFICIAL**

## **ATOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ESTIVA GERBI**

[www.estivagerbi.sp.gov.br](http://www.estivagerbi.sp.gov.br)

Quinta - Feira, 11 de Dezembro de 2025 – Ano IX – Edição 1233

### **EXPEDIENTE**

A publicação do Semanário Oficial do Município de Estiva Gerbi obedece á Lei nº 926 de 03 de Fevereiro de 2017, que cria o Diário Oficial Eletrônico do Município. Este Semanário veicula atos oficiais do município, e outros atos de interesse do Executivo e da Câmara Municipal. Sua produção está sob a responsabilidade da Assessoria de Imprensa. (Versão Digital)